



# FEMINISMO NEGRO

**TATIANA OLIVEIRA**

## DA MINHA CONSCIÊNCIA ANCESTRAL



ALINE DJOKIC

Ontem, sentada frente ao espelho  
la cuidar dos meus cabelos  
Com o creme de alisamento

Abri o pote e o forte cheiro  
Adentrou-me as narinas tão violento  
Fazendo-me fechar os olhos  
Por um momento

Abri-os novamente e ela estava lá  
Sentada ao pé da cama a me mirar  
Pés e mãos acorrentados  
A lágrima no rosto a brilhar

De onde vem, sussurrei  
Do outro lado do mar  
O fedor aqui é tão forte  
Já não posso respirar



Ontem, sentada frente ao espelho  
la cuidar dos meus cabelos  
Esperava a chapinha esquentar

Estiquei a primeira mecha  
Mas, descuidada queimei a testa  
Senti a pele a latejar

Fechei os olhos, contendo a dor e o ódio  
E quando os abri, ela já estava lá  
Na bochecha uma cicatriz  
Quem lhe fez isso? Saber eu quis

Ela levantou-se e tocou minha queimadura  
Depois falou-me com ternura:  
Agora a qualquer lugar onde eu for  
Saberão sempre quem é meu senhor



Ontem sentada frente ao espelho  
Resolvi amar os meus cabelos  
Sussurrei seu nome com zelo  
Esperei ela se sentar

Ela se achegou sem receio  
Recostou minha cabeça em seu seio  
Começou a pentear

A cada mecha, a cada trança  
Uma memória, uma lembrança  
Que o medo não pode apagar

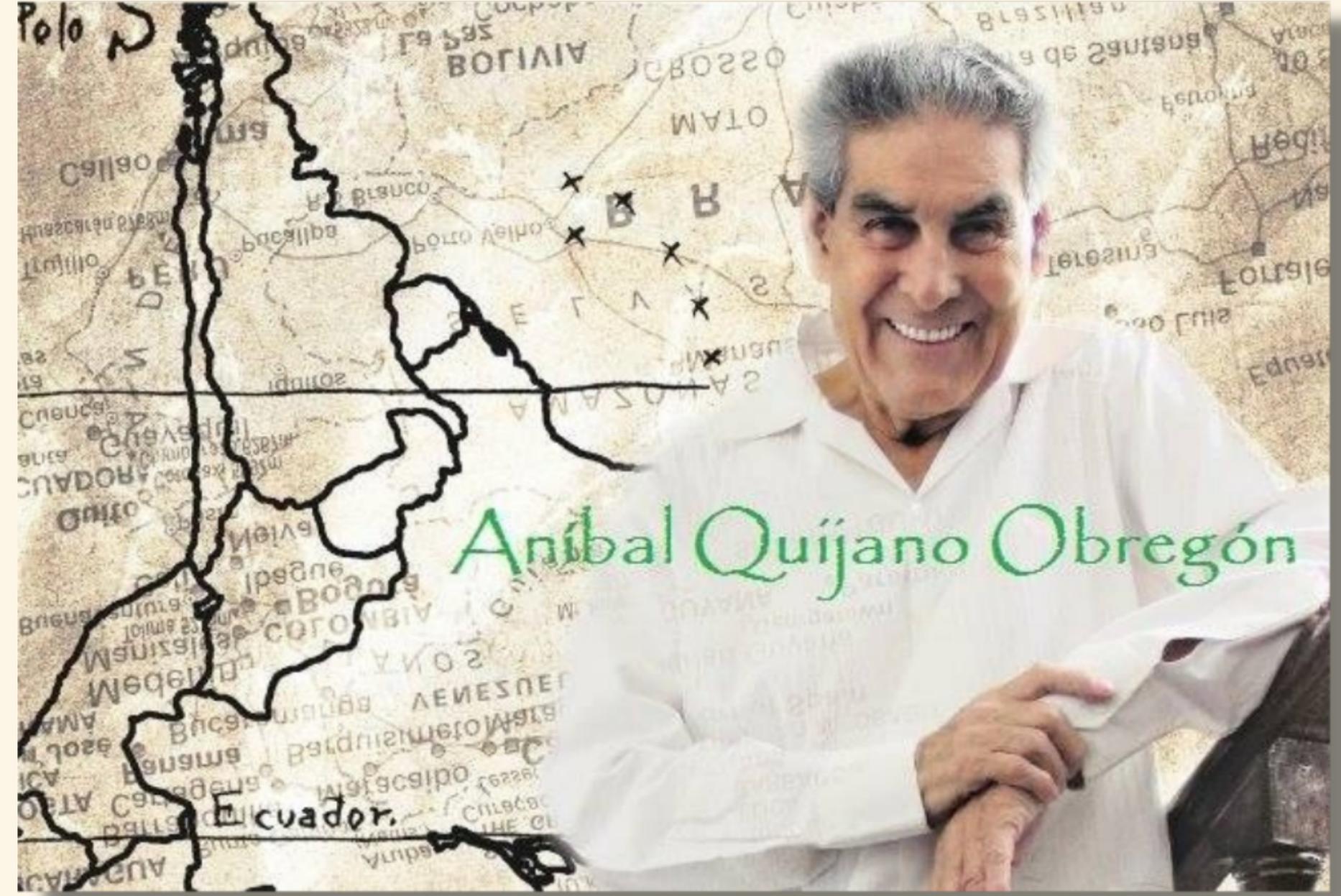


# COLONIALISMO E RACISMO

A condição de ser mulher negra na América Latina perpassa as discriminações de raça, gênero e classificação social, que têm origem no período da colonização.



Para Anibal Quijano (2014), a formação do mundo colonial do capitalismo deu lugar a uma estrutura de poder cujos elementos cruciais foram a combinação de uma novidade histórica.





De um lado, a articulação de diversas relações de exploração e trabalho em torno do capital e seu mercado.

Por outro lado, a produção de diversas identidades históricas, tais como: “índio”, “negro”, “branco” e “mestiço”, que foram impostas como categorias básicas das relações de dominação e como fundamento de uma cultura de racismo e etnicismo.

Todas as outras determinações e critérios de classificação social da população do mundo e sua localização nas relações de poder, desde então, atuam em inter-relação com o racismo e o etnicismo, especialmente, mas não somente, entre europeus e não-europeus.

Para o autor, a colonialidade não deixou de ser o caráter central do poder social atual.

# COLONIALISMO E GÊNERO



Para Maria Lugones (2008), é importante considerar as mudanças que a colonização trouxe para entender o alcance da organização do sexo e do gênero sob o colonialismo e no interior do capitalismo global e eurocentrado.

Ela analisa que o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas, ocorreu por conta de um giro paradigmático no entendimento da natureza e no alcance das mudanças da estrutura social que foram impostas por processos constitutivos do capitalismo eurocentrado colonial/moderno.

E foram permeadas pela colonialidade do poder, que violentamente inferiorizaram as mulheres colonizadas.

Oyèrónké Oyěwùmí (2017), afirma que a colonização designou um novo papel para as mulheres nas sociedades iorubás.

*“A posição social de segunda categoria da cidadania feminina durante o período da pós independência está enraizada no processo que as inventou como mulheres.”*





Oyèrónké Oyěwùmí distingue dois processos vitais e intrínsecos na colonização europeia da África:

O primeiro e mais documentado foi a racialização e a inferiorização das pessoas africanas colonizadas, a população nativa.

O segundo processo foi a inferiorização feminina.

“Mais concretamente, no caso Iorubá, as fêmeas se volveram subordinadas assim que foram ‘inventadas’ como mulheres – uma categoria homogênea e corporificada. Assim foram invisibilizadas por definição.” (OYĚWÙMÍ, 2017: p. 253)

A autora conclui que a colonização, além de ser um processo racista, foi um processo pelo qual se institucionalizou e legitimou a hegemonia masculina nas sociedades africanas.

# COLONIALISMO E A MULHER NEGRA

Para as mulheres negras escravizadas, a condição de gênero era subjugada a condição de exploração de sua mão-de-obra.

E várias intelectuais se debruçaram a investigar a situação das mulheres negras no colonialismo.

# ANGELA DAVIS



O povo negro era definido como propriedade no sistema escravista, no qual, para os proprietários de escravos, as mulheres eram privadas de gênero e vistas como unidade de trabalho, tanto quanto os homens.

*“Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas.” (DAVIS, 2016)*

# ISILDINHA NOGUEIRA



O corpo da mulher negra sofreu uma destituição histórica de sua condição humana, sendo objetificado para alimentar a sexualidade perversa de seus senhores.

Foi também utilizado para a reprodução e comercialização de seus filhos de acordo com os interesses do seu proprietário.

A possibilidade do exercício da maternidade geralmente era realizada pelo trabalho de ama de leite do filho do senhor.

*“Isto é, a mulher negra é historicamente desinvestida de qualquer possibilidade que a permitisse exercer sua feminilidade.” (NOGUEIRA, 1999)*

# LÉLIA GONZALEZ

Além do papel de trabalhadora na produção, a mulher negra também poderia exercer – na casa de seu senhor – a função de mucama, cozinhando, lavando, passando, costurando e amamentando os filhos das senhoras brancas.

Ela era vítima do estupro do senhor branco e da iniciação sexual de seus parentes.

*“Após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc., quase mortos de fome e de cansaço.” (GONZALEZ, 1982)*



# KIMBERLY CRENSHAW



Questionou os problemas consequentes da separação das categorias análise de raça e gênero, desenvolvendo uma crítica feminista negra.

*"Essa estrutura de eixo único apaga as mulheres negras na conceituação, identificação e remediação da discriminação racial e sexual, limitando a investigação às experiências de membros do grupo que de outra forma seriam privilegiados. Em outras palavras, em casos de discriminação racial, a discriminação tende a ser vista em termos de negros com privilégios de sexo ou classe; em casos de discriminação sexual, o foco é em mulheres com privilégios de raça e classe." (CRENSHAW, 1989)*

# PATRICIA HILL COLLINS



Patricia Hill Collins no ensaio: Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória, analisa como:  
*“as ideias e práticas de interseccionalidade mudaram de forma e propósito conforme foram traduzidas nos diferentes contextos materiais, sociais e intelectuais”.*  
(COLLINS, 2017)





Collins questiona as diversas afirmações de que o conceito de interseccionalidade foi “cunhado” por Kimberlé Crenshaw em 1991.

Ela aponta que – embora esteja habituada com a luta dos movimentos por justiça social – Crenshaw é advogada e teórica crítica sobre as questões raciais.

Assim, os seus ideais foram posicionados na confluência analítica entre classe/raça/gênero, bem como centralizados nas ações de justiça social em prol de mudanças sociais e legais que propiciaram sua argumentação sobre a interseccionalidade.

Raça e Classe de Angela Davis e Civil Wars, de June Jordan ambos de 1981, além de Sister Outsider de Audre Lorde, 1984, foram, de acordo com Collins (2017), algumas das obras principais, de afro-americanas, que serviram de base para o que se conhece como interseccionalidade.



Intelectuais e/ou ativistas negras latino-americanas já se utilizavam da categoria raça/classe/gênero para analisar e denunciar as opressões vivenciadas desde a colonização.

Lélia Gonzalez é uma dessas pioneiras:

*“Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão.” (GONZALEZ, 1982)*

Para Flávia Rios e Alex Ratts (2016), Lélia Gonzalez foi uma das antecessoras da conceituação de interseccionalidade pontuada politicamente e teoricamente.

Eles afirmam que:

*"Lélia Gonzalez trabalhava esta proposição em três planos:*

- *entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras),*
- *os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo e segregação, entre outros)*
- *e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual, por exemplo)."*

(RIOS & RATTTS, 2016)





# FEMINISMO DECOLONIAL

O feminismo decolonial rompe com as epistemologias colonialistas eurocêntricas e busca um pensar liberto dessas amarras.

Para isso se perseguem outras formas do saber, do pensar e do ser.



# YDERKYS ESPINOSA MIÑOSO

Yderkys faz uma crítica a episteme feminista clássica que é produzida por mulheres brancas e burguesas – dos países que ela denomina como centrais – que reproduzem da mesma maneira a produção do saber científico que tanto questionam.

Ou seja, quando essas feministas consideram que o sistema de gênero é universal em todas as culturas e sociedades, estão incorrendo no mesmo erro do universalismo androcêntrico que criticam. E assim:

*“acabam produzindo conceitos e explicações alheios a atuação histórica do racismo e da colonialidade como algo importante na opressão da maior parte das mulheres apesar de que ao mesmo tempo reconhecem sua importância”. (Espinosa-Minoso, 2014)*





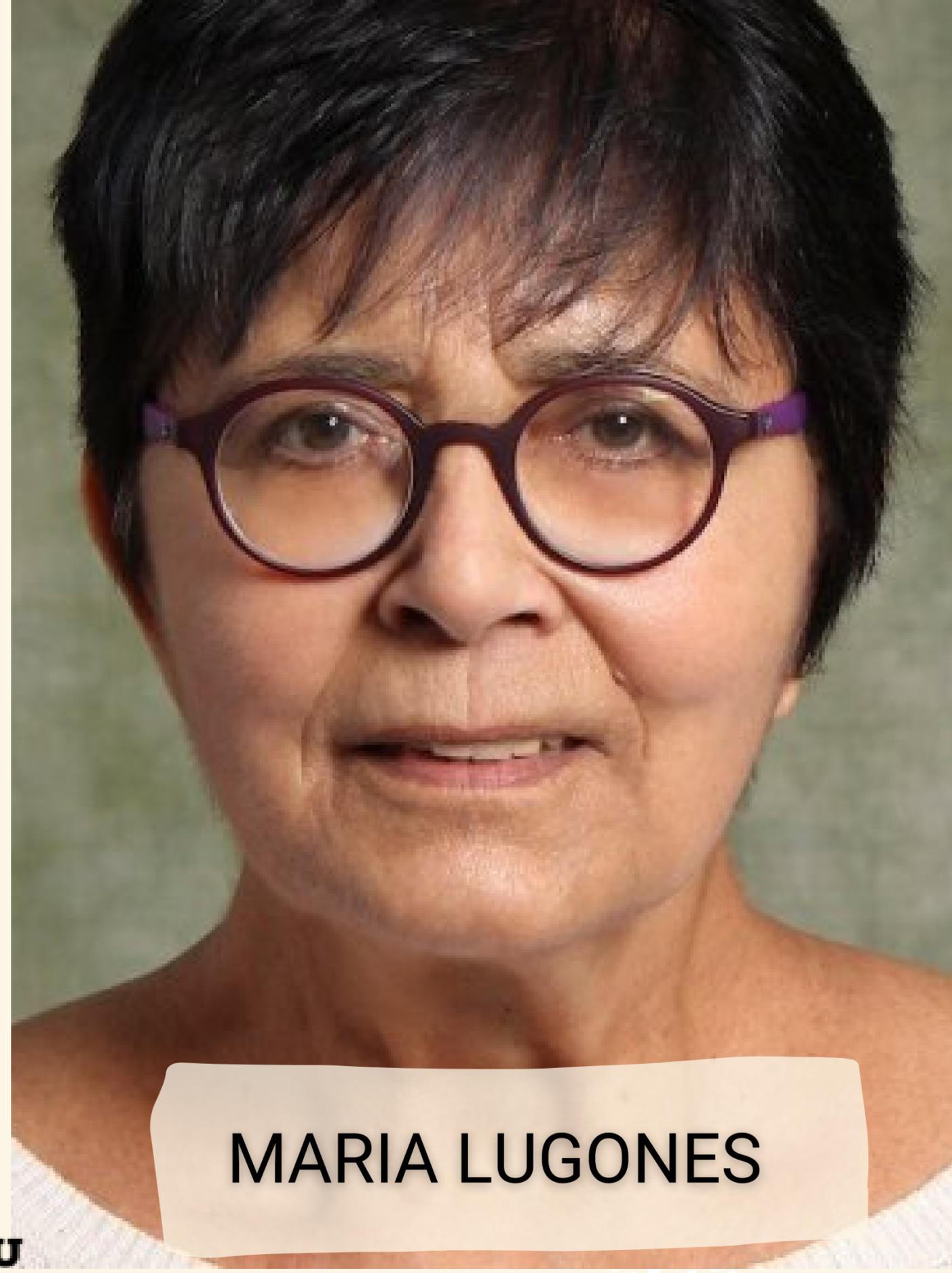
Para Maria Lugones (2014), as mulheres de cor centralizaram sua crítica ao “universalismo feminista” reivindicando a interseccionalidade de classe, sexualidade e raça, para além das “categorias da modernidade”.

Enfatizando que *“a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade”*. (LUGONES, 2014)

Ela apresenta um deslocamento metodológico do feminismo de mulheres de cor para um feminismo **descolonial**.

Assim, seria indispensável a práxis de **descolonizar o gênero**.

Ela denomina como **“colonialidade de gênero”** a análise da opressão racializadas do gênero; e como **“feminismo decolonial”** a perspectiva de superação da colonialidade de gênero.



MARIA LUGONES



No livro *Pedagogías decoloniales*: Yurdeks Espinosa-Miñoso; Diana Gomes; Maria Lugones e Karina Ochoa (2013), afirmam que o significado do feminismo descolonial é uma radical transformação das relações sociais que oprimiram e subordinaram – em Abya Yala – as mulheres afro, indígenas e mestiças pobres.

Para as mulheres racializadas o feminismo descolonial movimenta-se como uma afirmação da vida e suas possibilidades coletivas e individuais.

*"Assim como Lugones, entendemos que o feminismo decolonial recorre, revisa e dialoga com o pensamento e as produções desenvolvidas por pensadoras, intelectuais, ativistas e lutadoras, feministas ou não, de descendência africana, indígena, mestiça, popular, campesina, migrantes racializadas, assim como aquelas acadêmicas brancas comprometidas com a subalternidade na América Latina e no mundo." (ESPINOSA-MIÑOSO, 2016)*

Assim, essa corrente de pensamento está em diálogo e é nutrida de variadas críticas das tradições da teoria feminista, do hetero patriarcado e da modernidade ocidental.

Buscando a construção de um “mapa de marcos interpretativos e programáticos”, baseado na continuação do feminismo decolonial, ela propõe que nos atentemos a “cinco linhas genealógicas”.

- A primeira é que o feminismo descolonial é um “herdeiro direto” dos feminismos de cor, terceiro mundista e negro norte-americanos, que centra sua crítica nas opressões interseccionais e propõe a recuperação do legado crítico das feministas latinoamericanas.
- A segunda linha genealógica é o legado que o feminismo pós-colonial propõe, com a ideia de “violência epistêmica e possibilidade de um essencialismo estratégico” apresentada por Spivak (1998) além da ideia de “privilégio epistêmico” que critica o colonialismo da academia feminista do Norte desenvolvida por (Mohanty, 2008a; 2008b).
- Em terceiro lugar a autora propõe, como um antecedente significativo. a crítica – às políticas dos países subdesenvolvidos – feitas pela corrente feminista latinoamericana dos anos 90.

- O quarto apontamento são os aportes de algumas teorias feministas do ocidente e suas contribuições analíticas e metodológicas. *"Por mais problemáticas que sejam essas apropriações, elas se tornam úteis na revisão crítica do feminismo e, ao se mesclar ou operar dentro de uma estrutura analítica como o feminismo descolonial interessado em criticar o eurocentrismo e o racismo epistêmico, podem começar a trabalhar de uma maneira diferente, reunindo uma espécie de estágio intermediário na tarefa de descolonizar o feminismo."* ESPINOSA-MIÑOSO, 2016)
- Uma quinta linha genealógica é a importância da corrente crítica da América Latina que revisa as categorias de classificação social (sexo, raça, América-Europa, barbárie-civilização, cultura-natureza) que impõe e produz um sistema violento de diferenças a fim de naturalizar e justificar o sistema capitalista, racista e héteropatriarcal que cria o continente europeu como cerne da civilização.

# OCHY CURIEL

Ochy Curiel (2014) afirma que, o posicionamento feminista decolonial resulta na compreensão de que tanto gênero quanto raça constituem a episteme colonial da modernidade e que continuam produzindo opressões na colonialidade contemporânea.

*“Analisar as condições de conhecimento é fundamental para uma aposta decolonial e deve ser central para analisar a colonialidade do saber, do poder e do ser e buscar alternativas para eliminá-la.” (CURIEL, 2014)*



Ela propõe um desprendimento da colonialidade do saber, do poder e do ser, que têm implicações relacionadas a quem, como e para quem são produzidos os conhecimentos, assim relacionando:

- a) O reconhecimento e a legitimação de saberes subalternizados “outros”, no qual o desengajamento resulta em uma engenhosidade metodológica na construção do conhecimento a fim de minimizar as relações de poder.
- b) Problematizar as condições de produção de conhecimentos, a autora cita o que Silvia Rivera Cusicanqui (2010) denomina como “economia do conhecimento”, questionando a geopolítica do conhecimento e apresentando que é necessário se libertar da superestrutura material – que mantém oportunidades e privilégios de publicação por trás dos discursos anticoloniais – e produzir, de fato, a prática da descolonização.



# A MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

As mulheres negras problematizaram o feminismo que não as representava, um feminismo branco, eurocêntrico e de classe média.

De um lado essas feministas reivindicavam o direito ao trabalho remunerado, de outro as mulheres não-brancas reivindicavam que a sua humanidade fosse reconhecida, pois o seu corpo sempre foi objetificado para o "uso" dos brancos.



# SERGIA GALVÁN

Para Sergia Galván (1995), os aportes teóricos do feminismo latino-americano foram centrados no discurso da igualdade e só tratava da diferença sexual, baseando suas análises em suposições de gênero universalistas:

*"A questão étnico-racial encabeçou a lista de ausências e os nós da agenda do movimento feminista latino-americano, apesar de que, desde 1983, as mulheres negras presentes nos encontros temos tratado de abrir brechas nessas agendas, mas, desde uma posição periférica de minoria e de onde somente nós temos nos sentido convocadas."*  
(GALVAN, 1995)



Vários conflitos foram gerados com a participação de mulheres negras nas primeiras edições do Encontro Feminista da América Latina e Caribe, devido ao questionamento desse pensamento universalista que não contemplava as mulheres não-brancas.

Analisando as duas primeiras décadas desses encontros, ALVAREZ [et. al] (2003) apresentam os principais temas de debates:

1. mudanças nas concepções de 'autonomia' do movimento e na relação dos feminismos com o movimento de mulheres mais amplo e com outros atores na sociedade civil e política, o Estado e instituições internacionais;
2. controvérsias geradas pelas recorrentes crises de 'inclusão' e de 'expansão' do movimento;

debates centrados nas diferenças, desigualdades e desequilíbrios de poder entre mulheres em geral e entre as feministas em particular. (ALVAREZ et al., 2003).



Lélia Gonzalez destaca a atuação do NZINGA no II EFALC.

O NZINGA foi um coletivo de mulheres negras criado em 16/06/1983 na cidade do Rio de Janeiro, formado por mulheres do movimento feminista e do movimento negro.

*"Em meados de julho daquele mesmo ano [1983], a companheira Jurema Batista (fundadora e presidente da Associação de Moradores do Morro do Andaraí) seguia para Lima como delegada do NZINGA para o II Encontro Feminista da América Latina e Caribe, juntamente com duas representantes do Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (e a atuação dessas companheiras foi de tal ordem que conseguiram que se criasse um Comitê Antirracismo no interior do Encontro). Pela primeira vez, na história do feminismo negro brasileiro, uma favelada representava, no exterior, uma organização específica de mulheres negras." (GONZALEZ, 2018)*





O III Encontro Feminista da América Latina e Caribe, em Bertioga, Brasil no ano de 1985, foi marcado por dificuldades de construção de diálogos entre diferenças políticas e desigualdades estruturais.

"Tais dificuldades se exacerbaram com a chegada de um ônibus com mulheres de uma favela da cidade do Rio de Janeiro, solicitando participarem do evento, mesmo sem ter condições para pagarem a taxa de inscrição." (ALVAREZ [et. al.], 2003)

*"De qualquer forma, muitas das participantes, especialmente militantes do então emergente movimento de mulheres negras, insistiram que as questões de raça e classe não ocupavam um lugar central na agenda do Encontro e que as mulheres negras e pobres não haviam tido uma participação significativa na elaboração dessa agenda." (ALVAREZ [et. al.], 2003)*

*"As mulheres negras de vários países debateram a temática Racismo e Feminismo. Constatou-se pelos depoimentos das participantes que a dificuldade de tratamento da realidade vivida pelas mulheres negras é um traço comum." (RIBEIRO, 1995)*

Mulheres negras do Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai, se articularam durante o V Encontro Feminista da América Latina e Caribe.

O resultado foi a realização do I Encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e do Caribe, no qual participaram 32 países com cerca de 300 representantes entre os dias 19 e 25 de julho de 1992.





# REDE DE MULHERES AFRO-LATINO-AMERICANAS, AFRO-CARIBENHAS E DA DIÁSPORA - REDE AFRO



A Rede Afro foi formada em 25 de julho de 1992, no mesmo dia em que foi criado o dia Internacional da Mulher Afro-latino-americana e Afro-Caribenha.

Construída com o objetivo de ser uma articulação continental de mulheres afrodescendentes para o enfrentamento do sexismo e do racismo.

E a promoção de sua participação em todos os espaços de tomada de decisões e da vida pública.

# Fórum Internacional: A cuatro años del Decenio, Alcances y desafíos del Observatorio de la Plataforma Política de las mujeres afrodescendientes

O Fórum realizado de 10 a 14 de outubro de 2018 - discutiu os avanços e desafios da plataforma política após quatro anos do início da Década Internacional de Povos Afrodescendentes.

O evento aconteceu na cidade de Cali, na Colômbia, com a participação de cerca de 200 mulheres de 21 países.

A III Assembleia Geral da Rede Afro elegeu Paola Yañes Inofuentes - da Bolívia - para a Coordenação Geral e as Coordenadoras Sub-Regionais para o período de 2018-2022.





# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A antítese da opressão é a resistência, e a população afrodescendente sempre confrontou o sistema de poder.

De nossas ancestrais recebemos o legado da luta contra o racismo, o machismo, a classificação social, a lgbtfobia e todas as formas de opressão.

Na América Latina e Caribe, o campo de estudos do feminismo negro tem sido marcado pela decolonialidade do poder, do saber e do ser, atuando na esfera intelectual acadêmica da região.

No mesmo compasso, a atuação dos movimentos de mulheres negras foi fundamental para estabelecer uma articulação regional, internacional e mundial viabilizando o agendamento de nossas demandas e compartilhando tecnologias de mobilização e resistência.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS - cont.

A relação dessas lideranças com a Rede Afro é retroalimentada pelo afinco de suas vozes insurgentes, cujos discursos descolonizam o campo da ação, do conhecimento e do ser mulher negra.

Na conjuntura da Década Internacional de Povos Afrodescendentes, a Rede Afro tem atuado pelo agenciamento das demandas das mulheres negras e monitorado os avanços e desafios desse período.

O feminismo latino-americano e caribenho discursa a emergência da descolonização do poder, do saber e do ser como uma questão civilizatória.

São passos que vêm de longe e que vão percorrer gerações de luta e resistência.



# BIBLIOGRAFIA

## SITES:

- DJOKIC, Aline. Da minha consciência ancestral. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjAyODc00A/>
- Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora. Disponível em: <http://www.mujaresafro.org/>

## LIVROS E ARTIGOS:

- ALVAREZ, Sonia E. [et. al.] Encontrando os feminismos Latino-Americanos e Caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul-dez de 2003, p. 541-575.
- BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira. **Vozes insurgentes: o discurso do feminismo negro na América Latina e Caribe**. 2021. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Université de São Paulo, São Paulo, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". The University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 139-67.



# BIBLIOGRAFIA - cont.

- CURIEL, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: AZKUE, I. M. [et.al] (Ed.). **Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista.** Donostia, 2014.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ, Diana; LUGONES, María; OCHOA, Karina. Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo descolonial, Una conversa en cuatro voces. In: WALSH, Catherine (ed.). **Pedagogias decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Quito: Ediciones Abya Yala, 2013.
- \_\_\_\_\_. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **Revista El Cotidiano**, n. 184, mar.-abr. 2014, pp. 7-12.
- \_\_\_\_\_. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. **Revista Solar**, v. 12, n.1, Lima, 2016, pp.141-171.
- GALVÁN, Sergia. El mundo étnico-racial dentro del feminismo latinoamericano. **Cuadernos África América Latina**, 1995, n. 19, p. 33-37.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.



# BIBLIOGRAFIA - cont.

- GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Revista Tabula Rasa**. Bogotá, n.9. p. 73- 101, jul./dez. 2008.
- \_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 22 p. 935-952, set-dez. 2014.
- NOGUEIRA, Isildinha B. 1999, O Corpo da Mulher Negra. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XIII, nº 135, 1999, p. 40-45
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá: en la frontera, 2017.
- QUIJANO, Anibal. 'Raza', 'Etnia' y 'Nación' en Mariátegui: Cuestiones Abiertas. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995, p. 446-457.
- RIOS, Flavia; RATTIS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (orgs.). **Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**. Cruz das Almas: EDURB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.



DIVERSIDADES  
"INCLUSÃO SOCIAL  
ODS 10. ONU  
AGENDA 2030

